

DESCRIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES PREVISTA NO REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (ALINEA A) DO ARTIGO 46 DA LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO)

Município: *Ribeira Grande*

13-10-2017

Mandatário (a)	N.e Proc./Espécie	Partes	Valor da Ação	Data de entrada	Data da sentença
Dr.ª Alice Ponte	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 76/14.3T9RGR, Ribeira Grande - Inst. Local Secção Criminal - J1 Espécie: Processo Comum (Tribunal Singular)	Arguido: Renato Alexandre de Viveiros Melo; Defensor Oficioso: Pedro Moniz; Demandante: Câmara Municipal da Ribeira Grande. NOTA: O PROCESSO CRIME ESTÁ FINDO, CONTUDO O ARGUIDO NÃO PROCEDEU AO PAGAMENTO DA QUANTIA EM QUE FOI CONDENADO. FALTA INTENTAR AÇÃO EXECUTIVA.	0,00	11-06-2015	
	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 27/14.5PARGR, Ribeira Grande - Inst. Local - Secção Criminal - J1 Espécie: Processo Comum (Tribunal Singular)	Arguido: Emídio Manuel Cabral Oliveira; Defensor Oficioso: Pedro Moniz; Demandante: Câmara Municipal da Ribeira Grande. NOTA: O PROCESSO CRIME ESTÁ FINDO, CONTUDO O ARGUIDO NÃO PROCEDEU AO PAGAMENTO DA QUANTIA EM QUE FOI CONDENADO. FALTA INTENTAR AÇÃO EXECUTIVA.	0,00	15-05-2014	
	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 573/12.5PARGR, Ribeira Grande - Inst. Local - Secção Criminal - J1 Espécie: Processo Comum (Tribunal Singular)	Autor: Ministério Público; Arguido: Edgar José Silva Sousa; Mandatário: Álvaro Ribeiro; Arguido: Tiago Medeiros Costa; Consultor Técnico: Jaqueline Torres; Defensor Oficioso: Manuel Costa; Assistente: Câmara Municipal da Ribeira Grande. NOTA: O PROCESSO CRIME ESTÁ FINDO, CONTUDO O ARGUIDO NÃO PROCEDEU AO PAGAMENTO DA QUANTIA EM QUE FOI CONDENADO. TEMOS QUE INTENTAR AÇÃO EXECUTIVA.	0,00	17-12-2014	
	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 453/11.1TARGR, Ribeira Grande - Inst. Local - Secção Criminal - J1 Espécie: Processo Comum (Tribunal Singular)	Autor: Ministério Público Arguido: Câmara Municipal da Ribeira Grande e Dr. Alexandre Gaudêncio (Na qualidade de representante legal). NOTA: O PROCESSO CRIME ESTÁ SUSPENSO ATÉ SETEMBRO 2018	0,00	nd	
	Tribunal: Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada Processo: 110/09.9 BEPDL Ponta Delgada – Unidade Orgânica	Autor: Fernando Manuel Leite Cabral; Réu: Câmara Municipal da Ribeira Grande. NOTA: O PROCESSO ENCONTRA-SE EM FASE DE RECURSO.	30.000,01	nd	
	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 327/14.4TBRGR, Ribeira Grande - Inst. Local - Secção Civil - J1 Espécie: Insolvência Pessoal Singular	Autor: Luís Manuel da Silva Ponte e Maria Eduarda Teixeira Medeiros. Credores: Câmara Municipal da Ribeira Grande e outros	141.999,60	nd	
	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 2939/12.1TBPD, Ribeira Grande - Inst. Local - Secção Civil – J2 Espécie: Insolvência Pessoal Singular	Autor: António Manuel Teixeira Cimbron Credores: Câmara Municipal da Ribeira Grande e outros	259.849,85	nd	
	Tribunal: Comarca dos Açores-Ministério Público Inq.º 491/15.5T9RGR, Ribeira Grande- DIAP- Secção Única.	Autor: Ministério Público / Câmara Municipal da Ribeira Grande Arguido: Luís Francisco Torres Dias	nd	nd	
	Tribunal do Trabalho de Ponta Delgada Processo 2434/16.0T8PDL	Acidente de Trabalho (F. Contenciosa/Requer.) Entidade Patronal: Camara Municipal da Ribeira Grande. NOTA: O PROCESSO ESTÁ FINDO, CONTUDO AGUARDA NOTIFICAÇÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS JUDICIAIS. Mandatário: Alice Ponte Perito: Carlos Estrela Sinistrado: Marco Paulo Araújo Raposo Furtado Mandatário: M.P.Entidade responsável: Açoreana, Companhia de Seguros, Sa Mandatário: Alexandra Pacheco Vieira	nd	nd	
Dr. Fernando Cordeiro	Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada Processo nº 304/10.4 BEPDL, Ação Administrativa Comum, Ordinária	A Autora: Maria da Conceição Ivens Ferraz Jardim Schmid pede que o Município seja condenado a iniciar o processo de expropriação sobre o imóvel propriedade da Autora, imóvel a que atribuiu o valor aproximado de € 250 000,00, em ação a que fixou o valor para efeitos de custas em € 30 000,01. A ação está pendente e em fase de articulados. Do que se sabe, existe a possibilidade de transferir para a Região Autónoma dos Açores parte do valor do imóvel relativamente ao qual se pede seja iniciada a expropriação. Do que se sabe não existe qualquer cobertura de seguro. Não há qualquer estimativa final de responsabilidades, exceto o que imediatamente antes se referiu.	valor aproximado de € 250 000,00	05-01-2011	
Dr. Paulo Leite	Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada: Processo n.º 1/13.9 BEPDL Espécie: 3ª Espécie – Ação Administrativa Comum – Forma Sumaríssima (Ant. NCPC).	Autor: José Martins Tavares Ledo Réus: Município da Ribeira Grande, Leandro de Carvalho Martins Leitão	2.641,07	02-01-2013	
	Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada: Processo n.º 72/12.5 BEPDL Espécie: 2ª Espécie – Ação Administrativa comum – Forma Sumária (Ant. NCPC)	Autor: A. M. Furtado SA Réu: Município da Ribeira Grande	44.355,39	14-03-2012	
	Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada: Processo n.º 308/11.0 BEPDL Espécie: 1ª Espécie – Ação Administrativa comum – Forma Ordinária (Ant. NCPC).	Autor: Bento Luís de Sousa Paquete Réu: Município da Ribeira Grande	210.868,20	09-05-2011	
Dr. José Luis Pontes	Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada Processo nº65/16.3 BEPDL	Processo intentado por Angelina Amélia da Silva Soares de Medeiros, Manuel da Silva Medeiros e Maria do Rosário Silva Soares, tendo como pedido a revogação da Resolução do Conselho do Governo n.º 27/2016, de 15 de fevereiro, que declara a utilidade pública urgente da expropriação do bem imóvel nela identificado e direitos a ele inerentes, pertencente aos AA., alegando fundamentos que segundo os mesmos determinariam a sua invalidade.	39.808,80	nd	
Dr. Nuno Bettencourt Raposo	Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada Processo n.º 34/17.6BEPDL	Autor: Caixa Leasing e Factoring, S.A. Réu: Município da Ribeira Grande. Assunto: dívida de € 21.254,08, resultante de contrato factoring celebrado com a empresa de construção civil e obras públicas com a firma “Eng. Luís Gomes, S.A.”	21.254,08	21-04-2017	